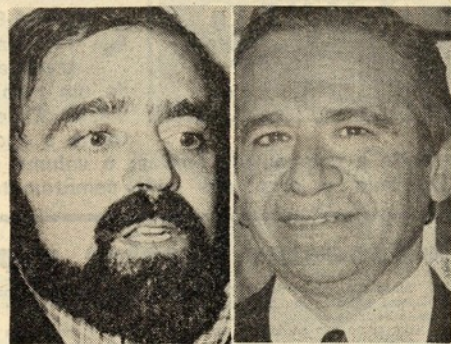


COMUNICAÇÃO SOCIAL REPUDIA ARTIGO DE «O DIÁRIO»



Manuel Alegre, secretário de Estado da Comunicação Social, responde a Miguel Urbano Rodrigues, director de «O Diário»

A cerca de uma notícia publicada em «O Diário», sob o título «Alerta Trabalhadores da Reforma Agrária», a Secretária de Estado da Comunicação Social difundiu uma nota oficiosa na qual, em resposta, são atacadas as posições daquele matutino e seu director, acusado de incorrer em infração à Lei de Imprensa. Manifestando o maior repúdio contra a comparação feita por aquele jornal de membros do Governo P.S. com os homens da C. A.P., a Secretária de Estado da Comunicação Social garante de novo o prosseguimento da Reforma Agrária.

secretário de Estado da Comunicação Social» as declarações por este prestadas ao «Diário de Notícias» e nas quais claramente se afirma a decisão de prosseguir a reforma agrária, o editorial do jornal «O Diário», cuja responsabilidade não pode deixar de ser imputada ao respectivo director, revela hábitos provavelmente contrários ao serviço da extinta Agência Geral do Ultramar e do S.N.I.

6 — O jornal «O Diário», que tem como lema «a verdade a que o povo tem direito», não tem o direito de faltar assim à verdade.

7 — É o vício em que fatalmente incorre quem se pretende único detentor da verdade. Vício este que, no caso em questão, se liga a um outro: o da pretensão à propriedade exclusiva da reforma agrária. Como se uma reforma ou uma revolução pudessem ser objecto de apropriação privada. Nem «O Diário» é proprietário da verdade, nem a reforma agrária é propriedade de quem quer que seja.

8 — Seria desejável que as forças interessadas na continuação da reforma agrária fossem capazes de encontrar os caminhos do diálogo. Mas quem, como o faz «O Diário», compara membros do Governo a dirigentes da C.A.P., não está interessado no diálogo nem na continuação da reforma agrária está interessado em confundir e insultar para manter certas situações de facto — não a reforma agrária que a Constituição consagra.

9 — De acordo com a decisão do último plenário do Conselho

de Ministros, que unanimemente ratificou a política agrária definida no Programa do Governo, a reforma agrária prosseguirá, no respeito pela lei e pelos princípios democráticos consagrados na Constituição. E prosseguirá — por muito que isso pese ao plumeiro de «O Diário» — de acordo com o princípio: «A terra a quem a trabalha.»

«1 — Sob o título «Alerta, Trabalhadores da Reforma Agrária», o jornal «O Diário» publica um editorial onde se fazem afirmações que, além de conterem uma clara intenção alarmista constituem, também uma grosseira e deliberada deturpação da verdade.»

2 — Referindo-se às declarações do secretário de Estado da Comunicação Social, a propósito da demissão do engenheiro Lopes Cardoso, o editorialista escreve: «O senhor Manuel Alegre, secretário de Estado da Comunicação Social... não diz uma palavra sobre a expropriação de meio milhão de hectares, ainda nas mãos dos grandes agrários. Em contrapartida, fala em distribuir a terra àqueles que a trabalham. Mas não fala por aí. Esse é o princípio — acrescenta — que norteia o P.S. em relação ao problema da reforma agrária.»

3 — Que o editorialista de «O Diário» reaja deste modo ao princípio — a terra a quem a trabalha — é facto que só a ele diz respeito. Que atribua à reafirmação que o secretário de Estado da Comunicação Social fez desse princípio o sentido contrário ao que ele tem, chegando ao ponto de dizer que se trata de uma provocação e dum tentativa de liquidação da reforma agrária, eis o que não pode deixar de ser considerado como evidente prova de má-fé. Mas que tenha escrito que o secretário de Estado da Comunicação Social «não diz uma palavra sobre a expropriação de meio milhão de hectares», quando aquele membro do Governo, em declarações prestadas ao «Diário de Notícias», expressamente afirmou que «as expropriações previstas serão efectuadas» — eis o que constitui já uma deliberada e intencional deturpação da verdade e uma manifesta infração à Lei de Imprensa.

4 — Mais grave ainda é o facto de o editorialista de «O Diário» afirmar que «membros do Governo que são dirigentes do P.S. se exprimem como um Casqueiro qualquer» — entrando assim no insulto puro e simples.

5 — Finalmente, ao caracterizar como «ameaças do senhor

Esclarecimento do eleitorado precede campanha eleitoral

ANTES do início da campanha eleitoral, que se prolongará do final do mês até 24 horas antes do dia das eleições, 12 de Dezembro, as entidades competentes promovem uma campanha de esclarecimento do eleitorado. No âmbito dessa campanha será dada resposta a dúvidas postas pelos eleitores à Comissão Nacional de Eleições.

P. S. D. primeiro Candidatos do Povo Unido em Lisboa

Entretanto, começam a ser conhecidos os resultados dos sorteios para distribuição das listas nos boletins de voto.

O P. S. D./P. P. D. é o primeiro partido na ordem de impressão dos boletins de voto, quer para a câmara quer para a assembleia municipal de Lisboa. É a seguinte a ordem dos boletins: Assembleia Municipal — P.S.D.; P.P.M.; C.D.S.; G.D.U.P.; P.S.; Frente Eleitoral Povo Unido; P.R.T.; Câmara Municipal — P.S.D.; P.S.; G.D.U.P.; C.D.S.; P.P.M.; P.C.P. (m.); Frente Eleitoral Povo Unido; L.C.I.; M.R.P.P.

Candidatos do Povo Unido em Loures

A comissão eleitoral unitária do concelho de Loures — Povo Unido — emitiu um comunicado no qual «pega para que todos os cidadãos se unam às comissões e listas unitárias e com elas discutam e colaborem para que todos os programas a elaborar sejam verdadeiros programas de acção das massas populares com vista à satisfação das necessidades mais urgentes e planeamento equilibrado das realizações a médio e longo prazos».

As listas para a Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Loures, apresentadas recentemente

em comício, são encabeçadas, respectivamente, por José Augusto Gouveia, de 54 anos, comerciante, de Moscavide, e actual presidente da comissão administrativa daquele município, e Oscar dos Reis Figueiredo, serralleiro, Sacavém.

Entretanto, a comissão eleitoral unitária do concelho de Loures divulgou uma moção do Grupo Dramático e Recreativo Corações de Vale Figueira. Nessa moção aquela colectividade declara o seu apoio à comissão eleitoral unitária que vai concorrer aos órgãos da freguesia de São João da Talha.

Por outro lado a comissão unitária da freguesia da Apelação, apesar de concorrer com lista e sigla própria, «apoiou incondicionalmente as listas da Frente Eleitoral Povo Unido».

dino Campos, pelo P. S. D./P. P. D.; António Abílio José da Costa, professor primário, pelo C. D. S.; e José Augusto Aleixo, pela Frente Eleitoral Povo Unido, são cabeças de lista para a Câmara Municipal de Miranda do Corvo.

Aqueles partidos, à excepção da Frente Povo Unido, apresentam igualmente listas para a Assembleia de Freguesia de Uros, Encabeçam as candidaturas, Abílio Fonseca, pelo P. S.; José do Nascimento Cabeleira, pelo P. S. D./P. P. D.; e António Joaquim Neto, pelo C. D. S.

M. U. T. I. discute eleições

«A questão das eleições para as autarquias locais» é o tema a que vai subordinar-se a assembleia pública do M. U. T. I. — Movimento Unitário de Trabalhadores Intelectuais, na próxima segunda-feira, às 21 e 30, no Teatro Vasco Santana. Intervirão o eng.ª Silva Graça e Anselmo Anibal. A entrada, é pública.

Listas de Miranda do Corvo

José António Maarana, independente, pelo P. S.; dr. Vitor Gual-

COMISSÃO DE TRABALHO DO P. S. ELEGE NOVO EXECUTIVO

«A comissão de trabalho decide eleger um novo executivo para a melhoria da organização do partido, no sector do trabalho», indica um comunicado emanado da citada comissão. O mesmo comunicado revela que a comissão se reuniu para apreciar os resultados dos trabalhos do congresso e acrescenta:

«Os núcleos e coordenadores foram informados da discussão que teve lugar durante todo o congresso, das diferenças de opinião nela expressas e nas razões que levaram à apresentação de duas listas para a comissão nacional.»

«Foi ainda dado conhecimento de toda uma série de moções apresentadas às comissões de síntese de economia, política social, cultural e estatutos, as quais não puderam ser discutidas nem votadas pelo plenário do congresso, por falta de tempo.»

«Sabendo que a essas comissões foram apresentadas moções divergentes, como por exemplo: a

questão da manutenção da estrutura do trabalho deve desenvolver-se.

A comissão de trabalho reafirmando a sua vontade de fazer respeitar em todas as estruturas do partido, a disciplina e a unidade interna do partido, congratula-se pela democracia que vigorou no congresso, factor fundamental que tem caracterizado a fisionomia do partido, permitindo-nos hoje o maior partido de trabalhadores portugueses.»

«Os núcleos e coordenadores foram também informados de uma discussão sobre os estatutos foi adiada para um congresso extraordinário, em Janeiro de 1977.»

«A comissão de trabalho pensa que a discussão sobre estas questões em particular sobre a

PUBLICIDADE

AOS TRABALHADORES DOS SECTORES DE: Armazenistas e Importadores de Materiais de Construção, Aços Tubos, Metais, Ferragens, Ferramentas e Equipamentos Industriais

CONVOCATÓRIA

Mais uma vez os patrões faltaram ao início das negociações. Assim, mobilizate para estares presente nos próximos plenários, com o fim de toda a classe tomar posição face às manobras dilatatórias do patronato.

LISBOA — Dia 8 (2.ª-feira), 20 horas, nas instalações do Sindicato do Comércio, Avenida da República, 31.

PORTO — Dia 9 (3.ª-feira), 21.30 horas, no salão do Inatel (Batalha — por cima do «Águia d'Ouro»).

LEIRIA — Dia 9 (3.ª-feira), 21.30 horas, na Delegação das Caldas da Rainha.

COMPARECE! PARTICIPA!

SÓ UNIDOS CONSEGUIREMOS O NOSSO 1.º C. G. T.

GRUPO DINAMIZADOR E DE APOIO A COMISSÃO NEGOCIADORA — COMISSÃO NEGOCIADORA SINDICAL:

Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores Comércio

Federação Regional dos Sin. Emp. de Escritório do Sul

Federação Regional do Norte dos Sind. dos Emp. Escritório

Federação Nacional dos Metalúrgicos

Federação dos Sindicatos dos Rodoviários

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito do Porto

Sindicato dos Trabalhadores Técnicos de Vendas

Sindicato dos Trabalhadores de Armazém do Norte

Sindicato da Construção Civil de Lisboa

VIAGENS
EXCURSÕES
CRUZEIROS

paneuropa

R. Braamcamp, 11 C/D - Lisboa
R. de Sta. Catarina 661 - Porto

exposição internacional de embalagem e alimentação

PARIS
15 a 19 Nov. 76
avião + hotel
(quarto duplo c/ banho)
(mínimo grupo de 9 participantes)

5.930\$00

Peça informações pelos telefonos
563401 (LISBOA) - 312544 (PORTO)

CONSELHO PORTUGUÊS PARA A PAZ E COOPERAÇÃO REVELA CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO

«O desenvolvimento dos povos não é necessariamente a consequência do crescimento económico dos Estados — isto é, do aumento da produção nacional de bens e serviços — pois que esse crescimento pode acentuar a dependência, aprofundar relações de exploração dos países mais pobres e outros povos e classes», afirmou o prof. Mário Monteiro durante uma conferência de Imprensa do Conselho Português para a Paz e Cooperação, concedida ontem ao fim da tarde nas instalações da Casa da Imprensa.

Durante o encontro com os jornalistas, Maia Cadete, Carlos Carvalhas, tenente-coronel Bregança Moutinho e Mário Monteiro, que formavam a mesa, deram uma panóplia da forma como de Outubro último da cidade de Budapeste. Nesta conferência mundial participaram cerca de seiscientos delegados de uma centena de países, a maioria dos quais representando diversas forças políticas e sociais. A delegação portuguesa foi então constituída pelo tenente-coronel da Força Aérea, Bragança Moutinho, prof. Mário Monteiro, monsenhor Soares Martins, drs. Maia Cadete, Ribeiro de Carvalho, Carlos Carvalhas, Avelãs Nunes e Jorge Moita, e por Tibério Ventura, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja.

A luta por um novo sistema de relações económicas internacionais, que passa pela aplicação da declaração da O. N. U. sobre a nova ordem económica internacional e da carta sobre os deveres e direitos dos Estados, o estudo das formas e dos meios de desenvolvimento, como os problemas do subdesenvolvimento, da fome e alimentação, das doenças e as profundas ligações entre a luta pela paz, pelo desarmamento e pelo desenvolvimento, bem como as vias para o desenvolvimento e a independência económica, foram os problemas tratados na conferência.

«Pelo desenvolvimento e independência de Portugal»

Durante a conferência de Imprensa, foi dito em relação ao nosso País:

«Portugal, contra a vontade do seu povo, manteve lugar destacado na estratégia imperialista mundial até ao movimento libertador de 25 de Abril de 1974.»

«Sem uma vasta consciencialização popular, a partir dos seus problemas quotidianos e necessidades concretas, que assegure conteúdo prático à luta pela paz, pelo desenvolvimento e pela independência económica em Portugal, correm-se graves riscos de novamente subordinar os destinos do povo português às forças mais retrógradas e opressoras do capitalismo e imperialismo internacionais, apenas disfarçadas sob a aparência de formas diferentes das que vigoraram entre nós até ao 25 de Abril, traduzindo apenas a mesma exploração da nossa mão-de-obra pela lógica do capitalismo internacional; quanto ao estabelecimento de relações económicas de interesse mútuo com os novos Estados de língua portuguesa, enfim, quanto ao nosso direito de defender e aprofundar as reformas progressistas previstas na Constituição sem sofrer discriminação nem pressões externas de qualquer espécie visando a recuperação do capitalismo em Portugal.»

Conclusões para o desenvolvimento

Foram, entretanto, divulgadas as conclusões da Declaração da Conferência Mundial do Desenvolvimento, que têm como pontos principais o «não ao saque e ao roubo das riquezas nacionais, a nova ordem económica internacional», a luta «contra as companhias multinacionais e Ingerência nos assuntos internos de cada país». As conclusões referem-se ainda à «crise geral do sistema capitalista, ao subdesenvolvimento e à luta pela paz, o apoio aos povos não libertados, às novas relações económicas», dando a finalizar o «apoio mundial à luta dos países em vias de desenvolvimento».